
**ERNESTO CRUZ E A ATUAÇÃO DO SERVIÇO DE
PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
(SPHAN) NO PARÁ NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO
XX: O PROCESSO DE TOMBAMENTO DO CEMITÉRIO
NOSSA SENHORA DA SOLEDADE**

ERNESTO CRUZ AND THE PERFORMANCE OF THE NATIONAL
HISTORICAL AND ARTISTIC HERITAGE SERVICE (SPHAN) IN PARÁ IN
FIRST HALF OF THE 20TH CENTURY: THE LISTED PROCESS OF THE
NOSSA SENHORA DA SOLEDADE CEMETERY

ERNESTO CRUZ Y LA ACTUACIÓN DEL SERVICIO DEL PATRIMONIO
HISTÓRICO Y ARTÍSTICO NACIONAL (SPHAN) EN PARÁ EM LA
PREMERA MITAD DEL SIGLO XX: EL PROCESO DE PRESERVACIÓN
DEL CEMENTERIO DE NOSSA SENHORA DA SOLEDADE

Dinah Reiko Tutyia¹

<https://orcid.org/0000-0001-8766-1757>
<http://lattes.cnpq.br/2146169996310274>

Márcio Couto Henrique²

<https://orcid.org/0000-0002-0170-5315>
<http://lattes.cnpq.br/9096024504515280>

RESUMO: Este artigo analisa as contribuições do historiador paraense Ernesto Horácio Cruz, representante do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) no Pará, para a preservação patrimonial paraense, enfocando no caso do tombamento do Cemitério Nossa Senhora da Soledade, em Belém. Ernesto Cruz, dentre as várias associações culturais paraenses as quais pertenceu, encontra-se sempre atrelado à direção da antiga Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará (BAP) e ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), permanecendo sua face preservacionista, pouco evidenciada ao longo de sua trajetória de vida, exposta nos livros, em notas de jornais e homenagens. Porém, nos processos de tombamento de bens patrimoniais, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Pará (IPHAN/PA), ao longo dos anos 1940 a 1960, sua figura encontra-se presente, fato que motivou a incursão da história da preservação patrimonial paraense a partir da figura de Ernesto Cruz. Este trabalho

¹ Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá. Doutora. Líder do Grupo de pesquisa História da Arquitetura da Amazônia (UNIFAP). E-mail: dinahtutyia@unifap.br.

² Professor da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da UFPA. Doutor. Líder do Grupo de Pesquisa HINDIA - História Indígena e do Indigenismo na Amazônia (UFPA). E-mail: marciocouto@ufpa.br.

tem como finalidade compreender as práticas e o conjunto de ações operados por esse sujeito nas ações de patrimonialização das décadas iniciais de atuação do IPHAN no Brasil, logo, propõe um estudo histórico da política de preservação patrimonial paraense. A investigação encontra-se embasada em fontes do século XX, como a produção intelectual do historiador, o que inclui livros e artigos em jornais, além da documentação presente no processo de tombamento do Cemitério Nossa Senhora da Soledade.

Palavras-Chave: Ernesto Cruz; política de preservação patrimonial no Pará; SPHAN; história do patrimônio cultural na Amazônia; cemitério Nossa Senhora da Soledade.

ABSTRACT: This article analyzes the contribution of the historian, from the Brazilian state of Pará, Ernesto Horacio Cruz, representative of National Historical and Artistic Heritage Service (SPHAN) in Pará, to the patrimonial preservation in the state, focusing on the case of listing of the Nossa Senhora da Soledade Cemetery in Belém. His name, amongst various cultural associations in Pará, which he used to belong to, is linked to the management of the former Public Library and Archive of the State of Pará (BAP) and the Historical and Geographical Institute of Pará (IHGP), maintaining the preservationist aspect, not evidenced throughout his life story, exposed in books, newspaper notes and tributes. However, in the process of the listing of heritage assets of the National Institute of Historical and Artistic Heritage of Pará (IPHAN/PA), throughout the 40's and 60's, his name is constantly present, a fact which motivated the incursion of the history of the preservation of heritage in Pará through his presence.

The aim of his study is to understand the practices and set of actions taken by Ernesto Cruz towards heritagization, during the initial decades of IPHAN's operation in Brazil, devising a historical study of heritage preservation policy in the State of Pará. The investigation is based on 20th century sources, such as the historian's intellectual output, which includes books, newspapers articles and documents found in the IPHAN's listings process of the Nossa Senhora da Soledade Cemetery.

Keywords: Ernesto Cruz; cultural resources management policies; SPHAN; history of cultural heritage of the Amazon; Nossa Senhora da Soledade cemetery.

RESUMEN: Este artículo analiza las contribuciones del historiador paraense Ernesto Horácio Cruz, representante del Servicio del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional (SPHAN) en Pará, a la preservación del patrimonio paraense, centrándose en el caso del registro de cementerio de Nossa Senhora da Soledade en Belém. Ernesto Cruz, entre las diversas asociaciones culturales de Pará a las que perteneció, siempre estuvo vinculado a la gestión de la antigua Biblioteca y Archivo Público del Estado de Pará (BAP) y del Instituto Histórico y Geográfico de Pará (IHGP), manteniendo su labor conservacionista, poco evidenciada a lo largo de su vida, expuesta en libros, artículos periodísticos y homenajes. Sin embargo, en los procesos de registro de bienes patrimoniales, del Instituto del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional de Pará (IPHAN/PA), a lo largo de los años de 1940 a 1960, su figura está presente, hecho que motivó la incursión de la historia de la preservación del patrimonio de Pará a partir de la figura de Ernesto Cruz. Este trabajo tiene como objetivo comprender las prácticas y el conjunto de acciones operadas por este sujeto en las acciones patrimoniales de las décadas

iniciais de atuação do IPHAN em Brasil, para lo cual propone un estudio histórico de la política de preservación del patrimonio de Pará. La investigación se basa en fuentes del siglo XX, como la producción intelectual del historiador, que incluye libros y artículos de periódico, además de la documentación presente en el proceso de catalogación del Cementerio de Nossa Senhora da Soledade.

Palabras-Clave: Ernesto Cruz; política de preservación del patrimonio en Pará; SPHAN; historia del patrimonio cultural en la Amazonia; cementerio de Nossa Senhora da Soledade.

ERNESTO CRUZ E O SERVIÇO DE PATRIMÔNIO E ARTÍSTICO NACIONAL

Paraense, nascido em Belém em 20 de novembro de 1898, reconhecido com o título de “Historiador da Cidade de Belém”, segundo Bezerra Neto (2007), ao lado de Arthur César Ferreira Reis e Arthur Vianna, Ernesto Cruz foi um dos mais produtivos historiadores da Amazônia, tanto em número de obras quanto em tratados, fato comprovado quando se verifica a quantidade de publicações do historiador. Historiador autodidata, esteve à frente da Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará, do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, da Academia Paraense de Letras, do Conselho Estadual de Cultura, dentre outras congregações atreladas à história e cultura. A trajetória, construída ao longo da primeira metade do século XX, teve em paralelo sua atuação como representante do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN³, por um longo período até os anos 70, quando falece em 1976 aos 77 anos de idade. O órgão de preservação do patrimônio passou a ter a Diretoria Regional do Norte com a sede em Belém em 1979, com seu primeiro diretor o professor do curso de arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará Jorge Derenji (Tutyia, 2023).

A atuação de Ernesto Cruz na política de preservação nacional, se deu nos anos 40, ao receber a carta tratando sobre o início de sua representação no SPHAN em janeiro de 1946,

³ Atualmente, a instituição é conhecida como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), porém ao longo de sua história recebeu outras denominações, sendo a inicial Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, passando para Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) em 1946, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1970, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e Fundação Pró-Memória em 1979. No ano de 1990 houve a extinção do Ministério da Cultura, e a paralisação das atividades do SPHAN e extinção da Fundação Pró-Memória, sucedida pelo Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC). Em 1994 foi restabelecido o nome IPHAN, em substituição ao IBPC. Neste trabalho optei por utilizar a nomenclatura usual em cada período correspondente (MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980).

respondendo a Rodrigo Melo Franco de Andrade⁴, em fevereiro daquele ano, comunicando que estava ciente dos termos de compromisso e encaminhando para o diretor da instituição uma lauda com um pequeno resumo das tarefas a serem feitas em Vigia, cidade do Pará, juntamente com um apelo para que aquela instituição tombasse o Cemitério Nossa Senhora da Soledade:

Estou enviando a V.S. por esta mala aérea encomenda expressa, o documentário histórico e fotográfico do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade, o primeiro de Belém, construído em 1850, e onde, desde 1880 não são feitos enterramentos. Trata-se de um próprio municipal de grande valor histórico e artístico, que tem sido constantemente louvado por quantos visitam esta cidade. Todos os monumentos ali eretos datam do século XIX. Realizei um intenso trabalho de pesquisa com o propósito de esclarecer detalhes que tem escapado aos cronistas da terra, inclusive o nosso grande Arthur Viana. Já houve um administrador da comuna belenense, que tentou modificar o aspecto da Soledade, preconizando a derrubada da capela por ser antiga e a substituição do gradeamento primitivo. Não é de estranhar que apareça outro tentando aproveitar o local para outra finalidade...Não acha que devemos defender esse patrimônio histórico e artístico do Pará? Não merece ser tombado? Estou certo que V.S. dispensará ao assunto a atenção merecida (Cruz, 1946, p. 2).

Esse relatório, denominado pelo autor de “documentário histórico e fotográfico” (Cruz, 1946, p. 2), que fora em anexo à carta, é provavelmente o primeiro elaborado por Cruz a serviço do SPHAN, por conter respostas dos acertos da contratação ao diretor geral. É importante a transcrição desse documento, pois demonstra aspectos fundamentais para entender o valor que Cruz atribuía àquele conjunto arquitetônico. Não fora feita uma solicitação por parte da sede da instituição, como era recorrente, mas é uma demanda, uma escolha levada pelo representante à direção. Dentro dela, estava um conjunto marcadamente inserido no século XIX, tanto historicamente quanto artisticamente, como pontua o documento. Anteriormente, viu-se que o referido tempo e sua produção cultural não eram o primeiro alvo dos técnicos daquela instituição, mas Cruz faz um inventário fotográfico e histórico na tentativa de convencer sobre a relevância da necrópole para compor o patrimônio nacional. Além de destacar tais aspectos, o historiador reforça com a retórica da perda, a necessidade de sua salvaguarda, visto que o objeto fora alvo de tentativas de apagamento em seus elementos constitutivos, a capela e o gradil primitivo, e chama atenção para algo que ele veria futuramente: a investida de destruição da necrópole.

O historiador levantou os aspectos históricos, artísticos, o pioneirismo – pois enfatiza ser o primeiro cemitério construído em Belém – e ainda a admiração pública de visitantes da cidade, como valores que deveriam ser levados em conta para a inserção do bem no livro do

⁴ Diretor-geral do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ocupante do cargo por 30 anos desde a sua fundação em 1936.

tombo. Como resposta, Rodrigo Melo Franco de Andrade comunicou que submeteria à Divisão de Estudos de Tombamento para que se pronunciasse sobre a conveniência do tombamento.

Em 1947, Ernesto Cruz trazia o Cemitério de Nossa Senhora da Soledade, no caderno “Arte e Literatura”, do jornal “A Província do Pará”. Seu texto narra brevemente a construção da necrópole e aponta para aspectos históricos e artísticos no que tange às figuras ilustres da criação do cemitério, assim como aquelas que se encontram sepultadas. O historiador discorreu também sobre a arte tumular e características ornamentais arquitetônicas presentes no lugar, este artigo tomou como base o relatório histórico elaborado por Ernesto Cruz para o SPHAN, denominado “O Cemitério de Nossa Senhora da Soledade: o primeiro do Pará, construído no ano de 1850, pelo presidente Jerônimo Francisco Coelho”, elaborado em 1946.

Figura 01 – Fotografias escolhidas por Cruz para destacar os vultos históricos e os valores artísticos tumulares da necrópole.



Fonte: Cruz (1947).

A capela, construída sob invocação de Nossa Senhora da Piedade, é um dos elementos arquitetônicos destacados pelo historiador, apontando como encarregado construtor, o capitão

Sousa Cabral, que se encontra enterrado no cemitério e recebe o seguinte comentário: “em um artístico mausoléu ereto na área do Senhor Santo Cristo, cuja Ordem pertencia” (Cruz, 1947, p. 5), assim como o túmulo de Pedro da Cunha, chefe da esquadra imperial, os dois são destacados no artigo, o primeiro como uma obra artística e histórica por envolver um vulto, em que o túmulo é qualificado como “artístico mausoléu” e o segundo como uma figura de destaque da História do Pará. A figura 01, ilustrativa do texto, traz a seguinte legenda:

[...] dois belos túmulos do Cemitério da Soledade. Um deles o da esquerda é o do chefe de esquadra Pedro da Cunha, que comandou a esquadra imperial contra os cabanos. Na lousa estão gravados estes versos: ‘A quem perdeo tanto affecto/Ninguém diga nunca esquece/ que acaba o alento a vida/ quando a saúde esmorece’ (Cruz, 1947, p.5).

Para retratar artisticamente a arte tumular do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade para os leitores, Ernesto Cruz escolheu dois vultos históricos, mas alguns outros nomes são citados neste artigo, como o da “preta Romana, escrava de Joaquim Francisco Corrêa” (Cruz, 1947, p. 9), que é destacado como o primeiro sepultamento da necrópole, já o último sepultamento foi da “a menor Ana, filha de Luiz Manoel d’Oliveira e sua mulher, dona Josefa Maria d’Oliveira” (Cruz, 1947, p. 9). Em ambos os casos, a ênfase não é dada às figuras, no que tange a uma trajetória de feitos históricos ou trato de arte tumular, mas aos marcos de tempo de primeiro e último enterramento oficial.

Ernesto Cruz destaca que em 1850, o cemitério passou para responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia, segundo o historiador, foi firmado um contrato com o construtor de Lisboa, Joaquim Maris Osório, representado por Francisco Antônio Fernandes, para fornecimento de material para o pórtico e gradeamento, pedras de cantaria lioz e portão de ferro.

O historiador afirma que o gradeamento era proveniente da Inglaterra – nota-se aqui a valoração do material e da arte – e o desenho do pórtico ficou por conta do engenheiro arquiteto Pedro Pezerat (Figura 02): “[...] Assim teve começo a construção do artístico pórtico da Soledade, talhado em cantaria de pedra de lioz, da melhor qualidade, lavrada e escodada ‘com ferramenta mais fina nos enfeites e nas guarnições’ (Cruz, 1947, p. 9). Nesse excerto, o historiador deixa transparecer a importância artística que conjunto teria, seja em virtude dos materiais importados empregados na construção, seja pela qualidade técnica do lavrado da ornamentação.

Figura 02 – Fotografia do pórtico de entrada do cemitério feitas por Pedro Pezerat. Essa imagem faz parte do “documentário histórico e fotográfico” que Cruz entregou ao SPHAN em 1946.



Fonte: Cruz (1946).

As observações sobre as transformações sofridas no ano de 1863 são direcionadas a uma árvore de casuarina que enfeitava as alamedas do cemitério, e às grades de madeira substituídas por parapeito de “tijolinhos côncavos” (Cruz, 1947, p. 9), a capela teve sua cobertura refeita e fora também caiada. Quanto a essas intervenções, a crítica se deu pela retirada da árvore, mas às demais, ele não menciona problemas.

O artigo era um resumo do inventário histórico, cujo conteúdo também apresenta uma descrição do estado atual do cemitério. A capela e os túmulos foram destacados: “O adro da capela conserva o revestimento primitivo. Nas áreas laterais permanecem os mesmos ladrilhos vermelhos do século XIX. O vigamento e as paredes estão firmes. [...] E está quase a completar seu centenário” (Cruz, 1947, p. 9). As características primeiras de materiais foram evidenciadas na descrição, atribuindo o historiador, um valor de tempo decorrido à obra, inclusive enfatizando ser a edificação quase centenária.

Alguns aspectos sobre os túmulos merecem ser ressaltados: além da conservação – muitos abandonados – a denominação desses como monumentos artísticos, demonstra a aproximação de Cruz com os trabalhos que passa a assumir no SPHAN em 1946, este texto, sobre os elementos de interesses à preservação no estados contribuíram para a construção do valor histórico e artístico, uma vez que direcionavam o público leitor ao entendimento desses

objetos como bens que deveriam ser salvaguardados, como no excerto abaixo, em que o autor afirma que os monumentos artísticos “despertavam admiração coletiva” (Cruz, 1947, p. 9).

Muitas sepulturas jazem abandonadas. Outras ainda tem quem as enfeites de flores no dia dos finados, quando a Soledade está aberta à curiosidade pública e os monumentos artísticos espalhados no cemitério despertam a admiração coletiva. Existe, contudo, uma sepultura rara, revestida de mosaicos portugueses, circundada por uma grade de ferro que permanece constantemente florida e iluminada. É a de Raimunda Chermont Picanço, a quem o povo atribue virtudes quase divinas, e tem na opinião dos mais crédulos realizado inúmeros milagres. Todos os dias há quem se ajoelhe na sepultura de Raimunda Picanço, para pedir ou agradecer alguma graça. São os que não se esquecem da Soledade e se encarregam de espargir as flores e de ascender as ceras que continuamente renovam (Cruz, 1947, p. 9).

O texto traz informação dos usuários daquele espaço da cidade, demonstrando que havia visitação de curiosos, movidos pelos monumentos ali presentes. Dentro desse contexto, o autor aponta para o caráter da imaterialidade, embora não utilizasse esse termo ou não tivesse seu entendimento como valor cultural significativo a se preservar institucionalmente, porém, o historiador reconhece as práticas como uma ação que não deixa o cemitério cair no esquecimento, afirmando que aqueles usuários crédulos “são os que não se esquecem do Soledade” (Cruz, 1947, p. 10).

O artigo publicado em 1947, assim como a documentação histórica já enviada para o SPHAN em 1946, serviram de base argumentativa para a solicitação de tombamento do conjunto arquitetônico, visto que no ano de 1948, há uma sucessão de artigos e notas no jornal “A Província do Pará” que discorreram sobre a celeuma gerada pela notícia de ocupação do terreno do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade por um empreendimento, de iniciativa da PMB, na gestão de Rodolfo Chermont, que decidiu ceder o terreno da necrópole para a construção de uma vila de casas. O artigo “Serão cedidos ao IAPC os terrenos do cemitério da Soledade” tornou público o fato e desencadeou uma sequência de opiniões sobre o assunto no referido jornal.

Esses artigos auxiliaram a analisar a construção o discurso de preservação do cemitério ante o discurso que clamava pelas modificações modernizantes da cidade de Belém, assim como contribuiu para as reflexões deste trabalho sobre a imagem da cidade e as práticas patrimoniais no que tange à atribuição de valores que definiam o porquê da salvaguarda de alguns objetos.

O artigo “Serão cedidos ao IAPC os terrenos do cemitério da Soledade” tratou sobre a ação que a PMB pretendia executar, com o apoio do Arcebispado de Belém⁵: um empreendimento da construção de uma vila de casas no lote ocupado pelo Cemitério de Nossa Senhora da Soledade. Segundo a notícia, a Prefeitura recebera do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes (IAPC):

a ideia de fazer construir uma vila de casas em local acessível e bem situado, de maneira a concorrer para resolver o problema de habitações em Belém [...] estudada a proposta em todos os ângulos, surgiu a ideia de fazer essas construções no local do cemitério da Soledade, campo santo que já nenhuma utilidade tem, estando mesmo se desmoronando não só os vetustos sarcófagos como os muros que o circundam [...]. (Serão..., 1948, p.8).

A década de 1940 foi marcada no campo da Arquitetura e Urbanismo de Belém pela intensificação das substituições de edificações antigas por edificações de estéticas modernizantes e pela remodelação do espaço livre urbano. Na área central, as iniciativas pública e privada fomentavam a consolidação desses novos modelos arquitetônicos (Chaves, 2016). No texto citado, a quadra do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade estava localizada em uma região de expansão da avenida 15 de agosto, hoje Presidente Vargas, sendo dotada de atributos do solo, como boa localização e infraestrutura, qualidades significativas para empreendimentos. O autor da matéria, sem identificação, para desvalorizar a necrópole e invalidar sua utilidade, foi enfático ao dizer que o Soledade não tinha nenhuma utilidade, uma vez que seu estado de conservação era precário, estando os “vetustos sarcófagos” e o muro “desmoronando” (Serão..., 1948, p. 8).

No mês seguinte, o Cemitério continuou sendo pauta de posicionamentos a favor de seu apagamento do tecido urbano de Belém, alguns dias após o anúncio da construção do conjunto, em 3 de abril de 1948, a coluna “Crônicas da Cidade” assinada por “P.S.”, ou seja, Pedro Santos⁶, destacava a repercussão pública ocorrida diante da possibilidade de transformação do cemitério em vilas de casas por parte da Prefeitura. O autor mostrou-se a favor da obra, não vendo inconveniente à pretensa transformação, uma vez que, segundo sua visão, era um entendimento entre a autoridade municipal e a eclesiástica. Segundo Pedro Santos:

⁵ Ernesto Cruz nos anos 1960 deixou explícito em algumas correspondências que muitos religiosos não eram adeptos ao que ele considerava tradições, e por isso, não mantinham diálogo coerente ante a preservação dos bens que estavam sobre sua tutela – como visto no caso do Solar do Barão de Japurá.

⁶ A coluna “Crônicas da Cidade” do jornal “A Província do Pará” era assinada naquele ano por Pedro Santos, que, em alguns artigos, aparecia apenas como “P.S.”, provavelmente a abreviatura do nome. Mas optou-se por se fazer a citação e a referência com “P.S.”, quando ela apareceu abreviada.

Belém evoluiu e cresceu, assumindo proporções de metrópole moderna e o Cemitério da Soledade, encravado como está em seu centro urbano, necessita de uma transformação, seja ela no sentido de sua conservação ou no de aplicação de outra finalidade (P.S., 1948, p. 2).

O autor enfatiza o aspecto de transformação pela qual a capital paraense passava naquela virada de década, defendendo a necessidade de uma ação no cemitério, seja pela manutenção, seja pela utilização do lote, que se localizava em uma área central. P.S. menciona que houve uma celeuma sobre a proposta de intervenção e que terminou por gerar dois grupos, os quais o autor distinguiu com as seguintes palavras: “os que se mostram intransigentes, desejosos de que seja conservado” e “os que apoiam a iniciativa da Prefeitura” (P.S., 1948, p. 4).

A coluna expõe ainda os argumentos desfavoráveis ao primeiro grupo, a partir da ideia da necessidade de “evolução da capital”. Para o autor, seria mais relevante renovar o espaço cemiterial: “Monumento histórico, como é a tese defendida pelos que zelam pelas obras antigas, não está à altura da fôrça do argumento com que clama a medida.” (P.S., 1948, p. 2), ou seja, o apagamento do conjunto histórico e artístico do Soledade para dar espaço às novas construções era mais relevante que sua manutenção.

O mau estado de conservação das sepulturas e do cemitério, assim como o uso de culto, foi descrito por Pedro Santos como argumentação para consecução do empreendimento. Tais falas remetem ao artigo publicado por Ernesto Cruz em 1947, o qual descrevia o Soledade nos seus aspectos históricos, de conservação, de uso e artístico, e P.S. se opunha às falas de Cruz.

É interessante notar que ao longo do mês de abril, o jornal foi expondo alguns artigos que se opunham à permanência do cemitério em seu uso original, dois dias após a argumentação de P.S., na coluna “Crônicas da Cidade”, o mesmo jornal noticia a seguinte manchete: “Furtado o mausoléu do V. de Arari, no Cemitério da Soledade: ladrões sacrílegos levaram valioso crucifixo de prata e duas artísticas jarras de porcelana – Depredações” (Furtado, 1948, p.8). O artigo narra furtos sucessivos ocorridos naquele mês e em datas anteriores, tanto nos mausoléus quanto na capela da necrópole.

Dentre os objetos desaparecidos, foi dado destaque aos castiçais, às tocheiras e ao pedestal de prata, assim como um crucifixo de ornamentação do altar-mor da capela, além de objetos pertencentes à família Chermont e a Francisco Aguiar de Sousa: um valioso, segundo a matéria, crucifixo de prata, uma jarra de porcelana e demais itens não especificados. A

denúncia também faz menção à família Miranda Pombo⁷, porém, ela nada tinha sofrido com as ações.

Um ponto de destaque na matéria sobre roubos na necrópole foi uma citação feita pelo autor, na tentativa de ligar o mau estado de conservação com a falta de vigilância do espaço: “[...] o cemitério da Soledade – o qual vem sendo objeto de inúmeras discussões no caso das construções da vila do IAPC” (Furtado, 1948, p.8). A matéria, assim como as anteriores, dava visibilidade à possibilidade/necessidade da transformação da necrópole.

Dentre os posicionamentos sobre a questão da preservação do Cemitério Nossa Senhora da Soledade, destacam-se os de Cécil Meira⁸, que em meio à celeuma criada ante a transformação, manifesta-se a favor da mudança de uso no artigo “Cemitério da Soledade, questão sem questão”, mais uma vez no jornal “A Província do Pará”, no mesmo mês e ano que o jornal expôs as notas de furtos aos mausoléus da necrópole. Segundo o bacharel:

trata-se de um bem público e jamais se deve tocar no que pertence a todos nós se a troca não trazer um benefício maior. Seria o caso do Largo de São Braz que é mais útil como Largo, como praça, - a única entre o Largo de Nazaré e a Bandeira Branca, - do que transformá-lo em um arruamento, sufocando um logradouro magnífico e de grande utilidade futura. Ao contrário acontece com o campo santo da Soledade, sem qualquer utilidade, a não ser assombrar as crianças da vizinhança durante a noite. Quais os motivos poderosos para manter a todo custo o cemitério? A tradição? A presença de defuntos ilustres, de belos mausoléus? Medo de sacrilégio? É uma face da medalha, dos que desejam a permanência do Cemitério da Serzedelo Corrêa [...] (Meira, 1948, p.4).

Cécil Meira (1948), por meio de alguns argumentos, discorre sobre os motivos pelos quais os defensores da permanência daquele espaço como necrópole não deviam ser levados em consideração, pois, em sua visão, os benefícios que acarretariam a retirada do cemitério eram superiores para a sociedade. O autor compara, a partir de uma suposição, a transformação do “Largo de São Braz” em rua, observação que contribuía para minimizar os argumentos favoráveis à preservação.

Meira enfatiza que a necrópole não tinha valor e faz uma série de indagações para diminuir a utilidade daquele lugar, sobretudo nos valores que haviam sido destacados por

⁷ Uma pequena nota ainda sobre os furtos na necrópole foi dada dois dias após essa matéria. A nota trazia as declarações da zeladora Ana Augusta Ferraz Mendes sobre a data de ocorrência do roubo no mausoléu do Visconde do Arari, manifestado pelo coronel José de Miranda Pombo. (OS FURTOS..., 1948, p. 4).

⁸ Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ele foi “[...] professor Emérito da Universidade Federal do Pará, ex-livre docente e ex-catedrático, por concurso, de Português e Literatura do Colégio Estadual Paes de Carvalho. Da Academia Paraense de Letras, membro do Conselho Estadual de Cultura do Pará. Do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Membro correspondente da Academia Brasileira de Filologia. Membro Correspondente da Academia Mineira de Letras” (Meira, 1988, orelha do livro). Em 1988 foi presidente da Comissão de Desenvolvimento Cultural da SPVEA.

Ernesto Cruz, como a presença de vultos históricos e os mausoléus artísticos. O autor justifica o título de seu artigo, “uma questão sem questão”, expondo que manter o cemitério nem deveria ser questionado, pois em sua visão, “[...] retirar o cemitério daquele local traz vantagens inúmeras para nossa população. Trata-se de uma zona urbana, urbaníssima, localizada perto dos pontos vitais” (Meira, 1948, p. 4), ou seja, sob sua perspectiva, aquela área que estaria sem uso, e localizada estrategicamente, na extensão da avenida 15 de agosto, epicentro das intervenções modernizadoras da paisagem urbana, deveria abrir espaço para as transformações da cidade.

A questão principal colocada por Cécil Meira (1948) seria a destinação da quadra, a “aplicação do terreno”⁹, que não deveria contemplar o “afilhadismo”, porém, ser repartido “com uma fórmula honesta, entre funcionários da prefeitura e do Estado, entre comerciários e industriários, de modo que a partilha viesse a beneficiar por sorte o maior número de necessitados” (Meira, 1948, p.4).

Para o autor, essa seria a principal preocupação que a opinião pública deveria se deter: por quem, como e para quem seria feita a comunhão da área. Meira (1948) propôs solução às indagações daqueles que almejavam a preservação do cemitério. O bacharel sugeria que os “mortos ilustres” (Meira, 1948, p.4) fossem conduzidos ao Cemitério de Santa Izabel:

[...] o nosso grande General Gurjão não ficará ofendido se repousar eternamente entre Camilo Salgado e Assis de Vasconcelos; outros tantos paraenses ilustres também ficarão colocados ao lado de alguns mais existentes no Cemitério da José Bonifácio. Por acaso a terra de Soledade será mais pura mais santa, mais bendita que aquela outra do Cemitério de Santa Isabel? Sempre é a mesma terra paraense [...] (Meira, 1948, p. 4).

Para invalidar os valores destacados pelos defensores do Cemitério da Soledade, Cécil Meira considera que na mesma “terra paraense” (Meira, 1948, p.4) podem ser depositados os restos mortais das figuras ilustres, que segundo sua visão, não haveria hierarquia entre os campos santos, podendo os mortos serem transportados para o Santa Izabel, “sem ficarem ofendidos” (Meira, 1948, p.4). O autor traz dois valores atribuídos ao objeto da discussão, o primeiro sobre as personalidades ilustres que ali encontram-se enterradas, como o General Gurjão – a significância do Cemitério da Soledade é limitada à relevância do vulto histórico, que por sua vez, é o mesmo valor atribuído ao cemitério da José Bonifácio, visto que na

⁹ Termos utilizados pelo autor no texto.

“mesma terra paraense”, encontram-se Camilo Salgado e Assis de Vasconcelos, nomes considerados pelo autor, de destaque, pelo seus feitos em vida à sociedade do Pará.

O segundo valor recai nos mausoléus, os quais Meira (1948) menciona ocuparem uma parcela mínima do terreno do Cemitério do Soledade:

convir que que o Cemitério da Soledade ocupa, com verdadeiros mausoléus, um terreno diminuto, numa sexta parte, e o restante vive entregue ao mato, às sombras, às seculares mangueiras. O próprio conjunto assim, não existe, para que pudesse surgir uma beleza artística de tal ordem que sua eliminação importasse em uma profanação (Meira, 1948, p.4).

Primeiramente, o autor distingue a existência de verdadeiros mausoléus, os quais provavelmente seriam os de maiores porte e ornamentação, em oposição aos demais, que estavam entregues “ao mato, às sombras” das mangueiras (Meira, 1948, p.4). Meira não retira totalmente o valor artístico dos túmulos, mas o diminui, uma vez que relaciona essa parcela a um contexto total, o qual anteriormente já expusera não ter valor artístico, e dessa maneira, não se destacavam os mausoléus verdadeiros, deixavam até de existir, na visão do bacharel.

O autor finaliza suas considerações afirmando a necessidade de demolição daquele conjunto, para que a vila pudesse se edificar: “O cemitério presta-se, na realidade, a uma página evocativa, mas entre evocar e morar, os vivos preferem morar” (Meira, 1948, p.4). Além de expor todos os pontos negativos de preservar a necrópole, Meira (1948) sugere, “com respeito e o carinho”, que os remanescentes mortais ali existentes fossem transportados para o Cemitério de Santa Izabel.

A polêmica gerada entre “preservar x apagar”, no jornal, chama a atenção para as transformações no espaço da cidade, essa tensão era difundida nas matérias neste meio de comunicação e não ficaram restritas ao Pará, o caso também foi divulgado no jornal “A Noite”, do Rio de Janeiro, e teve como título: “Quer transformar o cemitério num bairro residencial” – O propósito da prefeitura de Belém do Pará colidindo com a divisão do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – um pouco de história do cemitério de Soledade – O caso está sendo estudado, para a devida solução, numa das divisões do referido departamento” (Quer, 1948, p. 7).

Nessa matéria, o assunto e a figura de Ernesto Cruz como representante ganham notoriedade. A matéria pontua que Cruz havia feito uma intervenção no caso, uma vez que o conjunto cemiterial tinha valor histórico e artístico. A reportagem, por sua vez, entrevistou a diretoria da instituição, que resumiu o ocorrido desde o envio da documentação, “a iniciativa

do aludido representante foi tomada na conformidade do disposto no artigo 2º do decreto-lei, de janeiro de 1946, segundo o qual a DPHAN ‘terá por finalidade inventariar, classificar, tomba e conservar monumentos, obras, documentos e objetos de valor históricos e artístico existente no país’. [...]’ (Quer, 1948, p.7). Segundo a direção, o assunto estava em estudo pela Divisão de Estudo e Tombamento.

Diante da situação, Ernesto Cruz enviou um telegrama ao diretor-geral do SPHAN, lembrando que já havia remetido o documentário histórico e fotográfico, com o propósito de solicitar o tombamento do cemitério, e que naquele momento a municipalidade ainda queria desapropriar a necrópole para a construção de uma vila, e pedia, mais uma vez, diligência para tratar o caso:

Sôbre o Cemitério da SOLEDADE reitero os termos dos meus telegramas anteriores. O assunto apaixonou a opinião pública. Recebi em minha residência várias comissões de senhoras e pessoas gradas, que inteiradas do telegrama passado por mim a essa Diretoria, e que os jornais destacaram no seu noticiário, estavam ansiosas pelo desfecho do caso. Bem vê, a razão de haver solicitação de urgência na resposta (Cruz, 1948, p. 55).

Cruz, nos telegramas, sempre solicitava a celeridade do processo, pois a movimentação da prefeitura, assim como as opiniões contundentes para que se construíssem a vila de casas não cessavam nos jornais. Na carta acima, após a divulgação do jornal “A Noite”, o historiador tentava pressionar, colocando uma comoção popular, pois senhoras satisfeitas com a posição do representante ante a demolição, por exemplo, o visitaram e almejavam a deliberação do DPHAN a favor do tombamento.

Porém, mesmo levantada a significância cultural do Soledade, Rodrigo Melo Franco de Andrade respondeu ao representante que a DET havia apreciado a valiosa contribuição de Cruz, no sentido de habilitar o ajuizamento do valor histórico e artístico da necrópole. A DET, segundo o diretor, julgava a iniciativa da prefeitura “inconveniente e lamentável”, e deliberou que:

[...] entretanto quer parecer a mesma Divisão que, existindo no país grande número de outros cemitérios de equivalente e maior valor histórico e artístico, que não foram tombados para os fins estabelecidos no Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, seria injustificável tomar-se a iniciativa do tombamento isolado da Soledade, enquanto há muitas circunstancias que desaconselham o das outras necrópoles aludidas (Andrade, 1948, p.56).

Como exposto por Chuva (2017), havia uma hierarquia daquilo que se tombava nos anos iniciais de atuação da instituição. Nota-se na resposta acima que a justificativa para

refutar o tombamento, naquele momento, estava pautada justamente na existência de outras necrópoles de valor histórico e artístico “equivalente e maior” (Andrade, 1948, p. 56), as quais não estavam tombadas e que por esse motivo não poderiam decidir pela ação ao Cemitério de Nossa Senhora da Soledade. Como exposto anteriormente, a questão valorativa artística, a arte que ali adornava não era colonial e não era prioridade da instituição um conjunto neoclássico do século XIX.

Salienta-se mais uma vez que as vanguardas e o movimento moderno do mundo ocidental, nas primeiras décadas do século XX, influenciaram uma cultura arquitetônica brasileira pautada numa visão antitética às linguagens neoclássica, eclética e *art nouveau*. Os passos dados para nova arquitetura do movimento moderno espalharam-se da região Sudeste para as demais localidades do Brasil, em tempos variados e em diferentes manifestações. Pautaram-se, para consolidação de seus modelos, em uma agenda que visava desarticular os antigos arranjos urbanos históricos das cidades, “no abandono total de qualquer referência aos estilos históricos” (Patteta, 1987, p. 10).

O Cemitério da Soledade era duplamente negligenciado, veementemente pelos modernizadores do espaço urbano de Belém – os construtores e empreendedores –, e passivamente, por assim dizer, pelo quadro técnico da instituição de patrimônio, como visto anteriormente, que também hierarquizava e até mesmo refutavam as referidas linguagens arquitetônicas como um modelo de representação de um autêntico brasileiro.

O diretor do SPHAN, por sua vez, como forma de compensar o não tombamento, pediu para Cruz verificar quais medidas poderiam ser feitas para que as autoridades de Belém demovessem do propósito de destruir o Cemitério da Soledade. Na troca de correspondência seguinte, o historiador comunicou que entendeu e estava de acordo com as explicações dadas pela direção, mas insistiu na comoção da população “o assunto [...] empolgou a opinião pública, de tal modo e com tamanha vibração, que a Prefeitura não teve coragem para prosseguir na sua intenção.” (Cruz, 1948, p. 57).

As obras foram contidas, mas como observado por Celma Chaves (2008), aquela área, ao longo dos anos 1940 e 1950, fora identificada como um novo centro da cidade, ou seja, os artigos dos jornais construíam uma narrativa que havia de um lado da via o progresso a modernidade, e do outro lado, um espaço desconexo, ultrapassado, ‘morto’ que impedia o avanço das políticas de crescimento e modernização de Belém, que aspirava ser a Metrópole da Amazônia.

O campo santo foi palco das disputas simbólicas de dois grupos distintos, aqueles que desejavam a renovação e aqueles que almejavam a permanência dos elementos históricos da cidade. Vivenciando aquele contexto das ocupações dos espaços centrais para abrirem a guarda à modernização, Ernesto Cruz ainda alertou naquela carta:

é possível que mais tarde, se repita o desejo de destruir o campo santo, para aproveitamento daquela área, bem valiosa e disputada, pela sua localização. Acredito, porém, que se isso acontecer, a resistência do povo será tão vibrante como agora (Cruz, 1948, p.57).

Apesar de todos os argumentos para o tombamento, o processo foi arquivado por Carlos Drummond de Andrade em 1950. Segundo Castriota (1999), a geração do entreguerras vivenciava uma experiência de ruptura com a tradição, em que a lógica da obsolescência atuava em quadros estáveis de referências com seu processo de renovação de usos e costumes, imagens e valores:

nela, nada pode durar mais que o tempo necessário para ser consumido pelo mercado, e mesmo o mais novo deve se tornar rapidamente antiquado. Nesse quadro, a arquitetura e a própria cidade, que em princípio constituiriam estruturas duráveis, passa também, a fazer parte daquela “via das cinzas” [...] (Castriota, 1999, p.134).

As ações preservacionistas surgem diante da destruição dos tecidos históricos da cidade (Choay, 2001), a ânsia pela modernização dos espaços tenciona constantemente os agentes envolvidos em forças opostas. Esse fenômeno, visto ao longo da trajetória da instituição federal de preservação, manteve-se presente no processo de tombamento do Cemitério da Soledade, 14 anos após seu arquivamento, quando é solicitada sua reabertura a partir de um telegrama de Ernesto Cruz em 30 de janeiro de 1962. É importante destacar que a década de 1960 foi um contexto das tentativas de apagamento e tombamento da Casa da Joaquim Távora e do Solar do Barão de Japurá.

O pedido de Cruz, mais uma vez, não foi atendido. Rodrigo Franco respondeu que o processo referente ao Cemitério da Soledade havia sido arquivado, e os motivos estavam na última resposta, 14 anos antes. Porém, em 13 de dezembro de 1963, Mário Barata, “Professor Catedrático de História da Arte da Universidade do Brasil (ENBA) e Membro dos Institutos Histórico e Geográfico do Pará e Brasileiro” – na apresentação de assinatura presente na carta – encaminha um documento à direção do DPHAN, solicitando nova consideração da necessidade de tombamento do Cemitério da Soledade. Em anexo, a carta foi um documento denominado “Valor urbanístico do Cemitério da Soledade”, de sua autoria. Nesse documento,

o professor faz um retrospecto de pontos abordados no documento histórico de Ernesto Cruz, de 1946, e adiciona ao valor histórico e artístico, o valor e a importância urbanística-paisagística da necrópole para Belém. Barata (1963) trabalha o conjunto formado pelo cemitério em composição com a paisagem urbana, o tratando como “elemento artístico-paisagístico [...] quadra verde de mangueiras e árvores regionais, com gradis externos ou internos de valor estético” (Barata, 1963, p. 61).

Mário Barata estava atento às discussões hodiernas sobre preservação patrimonial. No ano de 1962, ocorrera a Recomendação Relativa à Salvaguarda da Beleza e Caráter das Paisagens e Sítios, promovida pela conferência geral da Unesco em Paris, trazendo a inserção de dois novos elementos para o campo da preservação: as paisagens e os sítios.

Eram/são constantes as ameaças que perseguem o acervo patrimonial, e em 1962, segundo as recomendações do evento, as grandes obras, as instalações de equipamento industrial e comercial ocasionavam o desordenamento e causavam o risco de rápido desaparecimento das paisagens e dos sítios. Dentre os princípios gerais do documento elaborado no evento estava a salvaguarda de paisagens e sítios, tais como as paisagens e sítios urbanos, que eram os mais ameaçados pelas obras de construção e pela especulação imobiliária (IPHAN, 2004).

Sobre as ameaças do setor mobiliário, Mario Barata ressaltou em seu requerimento com Ernesto Cruz, em 1962, e naquele momento, havia confirmado que: “[...] permanecem as ameaças de arrasamento do cemitério para construção de edifícios residenciais. É tão grande a pressão imobiliária na capital do Estado, que agora mais do que nunca impõe-se – a meu modo de ver – o tombamento da área do cemitério” (Barata, 1963, p. 62).

A transformação da cidade pressionava os espaços dotados de infraestrutura e localizados em áreas centralizadas no tecido urbano, impondo ações de renovação, conhecidas comumente como ‘arrasa-quarteirão’, essa era a dialética da construção destrutiva, erguendo novas construções, novos arranjos urbanos ante a destruição das antigas configurações espaciais consideradas em desuso ou desapropriadas para aquela contemporaneidade.

Observa-se na carta de Mario Barata, e ao longo do processo de tombamento, que o Cemitério da Soledade havia ganhado novos valores ao longo dos anos, além do arquitetônico, do escultórico e do histórico e naquele momento, a necrópole era tratada como um conjunto paisagístico. Os ilustres sepultados, a quem atribuiu-se a significância ao espaço por suas trajetórias de vida e a arquitetura tumular, em 1946, aos olhos de Ernesto Cruz, passaram a somar valor com o aspecto paisagístico do Cemitério de Nossa Senhora da

Soledade. Valor que ganhou força nos anos 1960, e que foi sendo construído ao longo do tempo do processo de tombamento¹⁰.

A transformação da cidade nos anos 1960, e que transparece nas fontes pesquisadas, gerou reações aos apagamentos dos estratos históricos do passado. Associações, congregações, conselhos e institutos, intelectuais, como o já falado Mario Barata, somavam-se aos preservacionistas de Belém e reagem às intervenções. É perceptível que a figura do professor e sua construção valorativa do bem trouxe peso para a aprovação do tombamento do Cemitério Nossa Senhora da Soledade em 1964.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento da edificação por parte de um grupo social, valida a significância artística, neste caso, a autoridade de Mario Barata, enquanto “Professor Catedrático de História da Arte da Universidade do Brasil (ENBA) e Membro dos Institutos Histórico e Geográfico do Pará e Brasileiro”, ao solicitar a inclusão do conjunto cemiterial no livro de tomo, obteve aprovação imediata, sem ressalvas por parte da direção da instituição.

Entretanto, esse objetivo não tivera o êxito quando Ernesto Cruz, desde 1946, se empenhando para o reconhecimento do bem naquela instituição, mesmo tendo formulado a construção de significado histórico e artístico da necrópole e mobilizado populares à causa – impedindo seu desaparecimento na década de 1940 – teve a solicitação negada pelo Departamento de Estudo de Tombamento, tanto naquela década de 1940, quanto em 1962. Tal fato deixa explícito que o discurso de Ernesto Cruz, embora participante daquele dispositivo institucional, não tinha o mesmo valor dos sujeitos internos, assim como de alguns sujeitos externos à instituição.

Vale refletir sobre esses sujeitos e o poder de seus discursos a partir das considerações de Foucault (2014), que ao tratar do discurso na sociedade, considera que a sua produção é controlada, selecionada e organizada por procedimentos, os quais permitem o reforço, a limitação e/ou sua exclusão. Segundo o autor, é um procedimento que permite a determinação das condições do funcionamento do discurso, que impõe aos indivíduos que os pronunciam,

¹⁰ Embora seja mencionado por Rodrigues (2014) que a justificativa do historiador Ernesto Cruz para o pedido de tombamento “estava intimamente ligada à importância arquitetônica, artística e paisagística atribuída ao campo santo no contexto urbanístico da cidade. A preocupação principal era proteger um bem material ameaçado de ser desapropriado e demolido [...]” (RODRIGUES, 2014, p.75), é necessário fazer a ressalva que o valor paisagístico não está presente na abertura do processo em 1948, mas a sua valoração ganhou impulso ao longo dos anos 1950 e 1960, como demonstrado nesta tese.

um conjunto de regras, não permitindo que: “[...] todo mundo tenha acesso a eles. Rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências ou se não for, de início qualificado para fazê-lo. [...]” (Foucault, 2014, p. 35).

A partir desse princípio de controle de produção do discurso, o autor alerta para pensar/questionar os modelos dominantes do conhecimento. Operando este questionamento à discussão patrimonial, Mario Barata representava autoridade no campo disciplinar da arte. As escolhas desses sujeitos, por determinados objetos, estavam resguardadas no discurso dominante da verdade¹¹ histórico-artística, que consagrava a arquitetura a uma categoria tida como elevada, com singularidade de objetos que deveriam ser apreciados e/ou resguardados como bens.

Tal discurso hegemônico – que atribui características singulares aos objetos arquitetônicos – tem seu lugar em determinados sujeitos que estão autorizados a legitimá-lo, e que também encontram na instituição patrimonial de salvaguarda, sua validação e a reverberação de suas verdades. O SPHAN tinha o corpo técnico constituído por personalidades, os quais construíram e proferiam o discurso que dominou, nas décadas iniciais da instituição, para a construção de um modelo de patrimônio nacional. Percebe-se, a partir da análise dos processos de tombamento aqui estudados que o “discurso verdadeiro” (Foucault, 2014, p. 35) da instituição, alimentava e era também alimentado por autoridades externas, as quais tinham o poder de declarar a autenticidade e a valoração dos bens para tombamento.

Segundo Le Goff (2003), o documento deve ser lido para além dos significados que carregam, por isso, os processos de tombamentos mostram que nas entrelinhas dos documentos, uma série de informações encontra-se escamoteada e vai além do ato do tombamento, ou do não tombamento, de um bem, indicando uma rede hierárquica de sujeitos que carregava o poder da autenticação artística e histórica, na qual Ernesto Cruz não se encontrava em um mesmo patamar.

¹¹ Segundo Foucault (2014), dentre esses aspectos limitadores do discurso, encontra-se a oposição entre verdadeiro e falso, surgindo o que o autor denomina de vontade de verdade, apoiada sobre um suporte institucional, podendo ser reforçada e reconduzida por práticas, como: “[...] a pedagogia, é claro, como o sistema de livros, da edição, das bibliotecas, como a sociedade de sábios de outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (Foucault, 2014, p.17), ou seja, segundo o autor o “discurso verdadeiro”, dominante e hegemônico é resultante dessa gama de práticas, nas quais a vontade de verdade se apoia para exercer seu poder de pressão e coerção.

Dentre as hipóteses que podem ser levantadas para essa diferenciação estão para a formação do historiador, um autodidata, que não teve uma trajetória acadêmica dentro da área das Belas-Artes, de História ou outra área que pudesse dar peso à sua validação discursiva. A palavra de Cruz, na instituição, necessitava da comprovação documental, ou ainda, sua documentação histórica e fotográfica não tinha força para mobilizar um tombamento, havendo a necessidade de uma autoridade maior para aferição valorativa do reconhecimento de bens.

FONTES E REFERÊNCIAS

BURKE, P. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CANDIOTTO, Cesar. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. **Filosofia Unisinos**. 11(1): 33-43, jan/abr, 2010.

CANGUILHEM, G. **O conhecimento da vida**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. [**Correspondência Processo nº 376-T-48**]. Destinatário: Ernesto Cruz. Rio de Janeiro, 24 abr. 1948. 1 carta, p.56.

BARATA, Mario. [**Correspondência Processo nº 708-T-63**]. Destinatário: Rodrigo Melo Franco. Belém, 20 ago. 1963. 1 Ofício, p. 15-16.

BEZERRA NETO, José Maia. Arthur nas forjas da História: a contribuição de Arthur Vianna para a historiografia paraense. *In*: FONTES, Edilza Joana de Oliveira; BEZERRA NETO, José Maia. **Diálogos entre História, Literatura e Memória**. Belém: Paka-Tatu, 2007.

CASTRIOTA, L. B. Alternativas contemporâneas para políticas de preservação. **Topos – Revista de Arquitetura e Urbanismo**. Belo Horizonte, v.1, p. 134-138, jul./dez. 1999.

CHAVES, C. Arquitetura, modernização e política entre 1930 e 1945 na cidade de Belém. **Vitruvius**, ano 8, 2008a. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.094/161>. Acesso em: 4 nov. 2011.

CHAVES, Túlio Augusto Pinho de Vasconcelos. **O Plano de Urbanização de Belém: Cidade e Urbanismo na Década de 1940**. 2016. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História da Amazônia, Belém, 2016.

CRUZ, Ernesto. O Cemitério de Nossa Senhora da Soledade. **A Província do Pará**, Belém, p.1, 9 mar.1947.

CRUZ, Ernesto Horácio da. [**Correspondência Processo nº 376-T-48**]. Destinatário: Rodrigo Melo Franco de Andrade. Belém, 11 fev. 1946. 1 carta, p.2.

CRUZ, Ernesto. O Cemitério de Nossa Senhora da Soledade. **A Província do Pará**, Belém, p.1, 9 mar.1947.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FURTADO o mausoléu do V. de Arari, no Cemitério da Soledade. **A Província do Pará**, Belém, p. 8, 6 abr. 1948.

IPHAN. **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. **Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil**: uma trajetória. Brasília: Ministério da Cultura/Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Pró-Memória, 1980.

MEIRA, Cécil. Cemitério da soledade, questão sem questão. **A Província do Pará**, Belém, p. 6. 14 abr. 1948.

P.S. O cemitério da Soledade. Crônica da Cidade. Crônicas da Cidade. **A Província do Pará**, Belém, p. 2, 3 abr. 1948.

QUER transformar o cemitério num bairro residencial. **A Noite**, Rio de Janeiro, p. 7, 8 abr. 1948.

SERÃO cedidos ao IAPC os terrenos do cemitério da Soledade. **A Província do Pará**, Belém, 25 mar. 1948. P.8

PATTETTA, Luciano. Considerações sobre o ecletismo na Europa. In: FABRIS, Annateresa (Org.). **Ecletismo na Arquitetura brasileira**. São Paulo: Editora Nobel, 1987.

RODRIGUES, Paula Andréa Caluff. **Dois faces da morte: o corpo e a alma do Cemitério Nossa Senhora da Soledade, em Belém/PA**. 2014. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – IPHAN, Rio de Janeiro, 2014.

SPHAN. **Processo nº 376 – T – 48**: Conjunto Arquitetônico Cemitério de Nossa Senhora da Soledade: conjunto paisagístico. Belém, [s.d.].

TUTYIA, Dinah Reiko. **Ernesto Cruz: um diálogo entre a história e a construção do patrimônio cultural no Pará (1940-1960)**. Orientador: Márcio Couto Henrique. 2023. 296 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/15668>. Acesso em: 25 abr. 2024.